

## Alerta Legislação nº 01, de 01 a 06 jan. 2024

### Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

## DESTAQUES

<b>Governo Federal</b>
<p><b><u>LEI Nº 14.791, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b> Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências.</p>
<b>Governo do Estado de São Paulo</b>
<p><b><u>DECRETO Nº 68.298, DE 3 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Dispõe sobre o expediente dos servidores nas repartições públicas estaduais no ano de 2024 e dá providências correlatas.</p>
<b>Prefeitura de São Paulo</b>
<p><b><u>DECRETO Nº 63.122, DE 4 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Define os valores de renda familiar para atendimento por Habitação de Interesse Social - HIS e Habitação de Mercado Popular - HMP, nos termos do artigo 46 da <a href="#">Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014</a>, na redação que lhe foi conferida pelo artigo 14 da <a href="#">Lei nº 17.795, de 8 de julho de 2023</a>.</p>

<b>LEGISLAÇÃO FEDERAL</b>	
<b>D. O. U.</b>	<b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b>
<b>06/01/2024 (Ed. extra)</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 11.877, DE 6 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Declara luto oficial pelo falecimento do ex-jogador e ex-treinador da seleção brasileira de futebol Mario Jorge Lobo Zagallo.</p>
<b>04/01/2024 (Ed. extra)</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 11.875, DE 4 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Altera o <a href="#">Decreto nº 11.515, de 2 de maio de 2023</a>, que revoga o <a href="#">Decreto nº 9.731, de 16 de março de 2019</a>.</p>

<p><b>Atos do Poder Legislativo</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 14.791, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências.</p> <p><b><u>LEI Nº 14.701, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023</u></b> (*)  Regulamenta o art. 231 da <a href="#">Constituição Federal</a>, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as <a href="#">Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007</a>, <a href="#">4.132, de 10 de setembro de 1962</a>, e <a href="#">6.001, de 19 de dezembro de 1973</a>.  (*) Republicada para fazer constar o caput do § 2º do art. 26, que integra o texto do dispositivo vetado pelo Presidente da República e derrubado pelo Congresso Nacional.</p>
<p><b>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</b></p>	<p><b>MARGINÁLIA FEDERAL</b></p>
<p><b>Presidência da República (PR)</b></p>	<p><b>CASA CIVIL (CCPR)</b>  <b><u>PORTARIA CC/PR Nº 697, DE 4 JANEIRO DE 2024</u></b>  Dispõe sobre o detalhamento das unidades administrativas constantes do quadro demonstrativo de cargos em comissão, das funções de confiança e das gratificações de exercício de cargo em confiança da estrutura regimental da Agência Brasileira de Inteligência.</p> <p>– <b>Imprensa Nacional</b>  <b><u>PORTARIA IN/CC/PR Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Dispõe sobre os procedimentos de cadastramento, pagamento e publicação de atos no Diário Oficial da União, e dá outras providências.</p> <p><b>SECRETARIA-GERAL (SG)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 173, DE 4 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Institui Mesa de Diálogo Temática: "Água: desafios e perspectivas do perímetro irrigado Sistema Itaparica".</p>
<p><b>Ministério da Agricultura e Pecuária</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MAPA/MDA/MF Nº 14, DE 2 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Estabelece o volume de compra de milho para o Programa de Venda em Balcão e autoriza o limite para a equalização de preços na venda do milho no âmbito do referido programa.</p> <p><b>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA</b>  <b><u>PORTARIA SDA/MAPA Nº 984, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de Musgo de Esfagno (Sphagnum spp.) do Chile</p> <p><b><u>PORTARIA SDA/MAPA Nº 983, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Altera a Instrução Normativa SDA nº 16/2015, a Portaria MAA Nº 129/1997, a Instrução Normativa MAA nº 4/2001, a Instrução Normativa SDA nº 117/2020, a Instrução Normativa SDA nº 74/2003, e Revoga a Instrução Normativa SDA nº 74/2003.</p> <p><b><u>PORTARIA SDA/MAPA Nº 979, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b></p>

	<p>Estabelece os requisitos fitossanitários para a importação de frutos com casca e sem casca de Amêndoa (<i>Prunus dulcis</i>) da Argentina</p>
<p><b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação</b></p>	<p><b>COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN</b>  <b>→ Comissão Deliberativa</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 318, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  (...) NORMA CNEN NN 6.16  REQUISITOS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO RADIOLÓGICA PARA IRRADIADORES DE SANGUE E HEMOCOMPONENTES  Dispõe sobre os requisitos de segurança e proteção radiológica em instalações com irradiadores de sangue e hemocomponentes  (...)</p> <p><b>SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL</b>  <b><u>PORTARIA SETAD/MCTI Nº 7.794, DE 3 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da <a href="#">Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991</a>, e os arts. 2º, 3º e 4º da <a href="#">Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019</a>.</p>
<p><b>Ministério da Educação</b></p>	<p><b>CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 2 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Altera o Art. 27 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).</p> <p><b>FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES</b>  <b><u>PORTARIA CAPES Nº 3, DE 2 DE JANEIRO DE 2023</u></b>  Estabelece o Calendário de atividades da avaliação da pós-graduação stricto sensu para o ano de 2024.</p> <p><b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 1, DE 3 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Estabelece critérios para reavaliação de autorização de funcionamento das unidades de ensino com tipologia IF Campus Avançado 20/13 dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.</p>
<p><b>Ministério da Fazenda</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA NORMATIVA MF Nº 14, DE 5 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Estabelece limites para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado para compensação de débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.</p> <p><b>CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS</b>  <b><u>PORTARIA CARF/MF Nº 9, DE 4 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Estabelece forma presencial ou híbrida no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.</p>

	<p><b><u>PORTARIA CARF/MF Nº 8, DE 4 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Regulamenta a realização de reuniões e sessões de julgamento e dá outras providências</p> <p><b><u>PORTARIA CARF/MF Nº 6, DE 4 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Estabelece a forma preferencial de realização, no período de fevereiro a junho de 2024, das reuniões de julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.</p> <p><b>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA</b> → Secretaria Executiva</p> <p><b><u>ATO COTEPE/ICMS Nº 194, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b> Altera o Anexo II do Ato COTEPE/ICMS nº 43/23, que estabelece os requisitos e relaciona os contribuintes beneficiados pelo diferimento previsto no Convênio ICMS nº 199/22 e no Convênio ICMS nº 15/23, no cumprimento de obrigações, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com combustíveis nos termos da <a href="#">Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022</a>.</p> <p><b>FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP</b></p> <p><b><u>PORTARIA ENAP Nº 31, DE 3 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Altera a Portaria Enap nº 8, de 30 de junho de 2022, que aprova o Regimento Interno da Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap).</p> <p><b>SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL</b> <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.170, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b> Dispõe sobre a habilitação ao regime de utilização do crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico de que trata a <a href="#">Lei nº 14.789, de 29 de dezembro de 2023</a>.</p>
<p><b>Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos</b></p>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b> <b><u>PORTARIA CONJUNTA MGI/MEC Nº 67, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b> (...) <b>Art. 1º</b> Autorizar o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), contratar, por tempo determinado, o quantitativo máximo de 60 (sessenta) pessoas para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, na forma do art. 2º, inciso VI, alínea "i", da <a href="#">Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993</a>, conforme Anexo. (...)</p>
<p><b>Ministério da Pesca e Aquicultura</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA MPA Nº 183, DE 4 DE JANEIRO DE 2024</u></b> Prorroga o prazo para envio do Relatório Anual de Produção da Aquicultura em Águas da União, relativamente ao exercício de 2023.</p>

<p><b>Ministério da Saúde</b></p>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b>  <b><u>PORTARIA GM/MS Nº 3.006, DE 2 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Inclui procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.</p> <p><b><u>PORTARIA GM/MS Nº 3.005, DE 2 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Altera as Portarias de Consolidação nºs 5 e 6, de 28 de setembro de 2017, para atualizar as regras do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) e do Programa Melhor em Casa (PMeC).</p> <p><b>SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE</b>  <b><u>PORTARIA SAES/MS Nº 13, DE 4 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Inclui procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS).</p> <p><b><u>PORTARIA SAES/MS Nº 1.217, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Altera atributos de procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 1.096, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023 (*)</u></b>  Inclui procedimento na Tabela de Procedimento, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.  (*) Republicada por ter saído, no DOU nº 236, de 13-12-2023, Seção 1, pág. 184, com incorreção no original.</p>
<p><b>Ministério das Comunicações</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MCOM Nº 11.699, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Altera a Portaria MCOM nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, que aprova o Regimento Interno do Ministério das Comunicações e divulga o quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do órgão e realoca cargos em comissão e funções de confiança.</p> <p><b><u>PORTARIA MCOM Nº 11.656, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Institui a Mesa Setorial de Negociação Permanente no âmbito do Ministério das Comunicações.</p>
<p><b>Ministério das Relações Exteriores</b></p>	<p><b>SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES</b>  – Divisão de Atos Internacionais  <b><u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO</u></b>  "ESTRATÉGIA BINACIONAL DE CONSERVAÇÃO E COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DA ONÇA PINTADA"</p> <p><b><u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ARGENTINA PARA O PROJETO</u></b>  "FORTALECIMENTO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA PARA A DETECÇÃO PRECOCE DE RISCOS À SAÚDE PÚBLICA"</p>

	<p><b><u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO</u></b>  "FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO ENTRE REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA"</p>
<p><b>Ministério de Minas e Energia</b></p>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP</b>  <b><u>PORTARIA Nº 119/SNPGB/MME, DE 3 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  (...) <b>Art. 1º</b> Aprovar o enquadramento, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura REIDI, do projeto Unidade de Liquefação de Gás Natural do Parque dos Gaviões, objeto da Autorização SIMANP nº 742, de 25 de setembro de 2023, de titularidade da Eneva S.A., inscrita no CNPJ: 04.423.567.0001-21, detalhado no Anexo à presente Portaria.  (...)</p> <p><b>COMITÊ GESTOR DO PRÓ-AMAZÔNIA LEGAL</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 8, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023</u></b>  Autoriza a destinação de recursos para reembolso de valores, a título de compensação por impactos socioambientais irreversíveis em terra indígena, à Transnorte Energia S.A., concessionária de transmissão de energia elétrica responsável pela construção, operação e manutenção do Linhão de Tucuruí, objeto do Contrato de Concessão nº 003/2012-Aneel.</p>
<p><b>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MDA/MPI/FUNAI Nº 1, DE 4 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Institui o selo de identificação de origem étnica de produtos produzidos por pessoas físicas ou jurídicas indígenas, denominado "Selo Indígenas do Brasil".</p> <p><b>INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 338, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Retificar a capacidade de 200 (duzentas) unidades familiares contida na Portaria/Incra/SR (15)AM/015/2006, de 11 de agosto de 2006, publicada no Diário Oficial da União nº 159, de 18 de agosto de 2006, Seção 1, pg. 50, que criou o Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE ONÇAS, Código SIPRA AM0094000, localizado no município de Manicoré, no estado do Amazonas, para a capacidade de 633 (seiscentas e trinta e três) unidades agrícolas familiares.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 337, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Reconhecer o Território Quilombola Soledade, Código SIPRA MA 1019600, com área 707,2251 (setecentos e sete hectares, vinte e dois ares e cinquenta e um centiares), localizado no município de Serrano do Maranhão, no estado do Maranhão, reconhecido pelo Estado do Maranhão através do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão - ITERMA.</p>

<p><b>Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MDS Nº 954, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Disciplina procedimentos relativos ao pagamento de benefícios e aos cartões do Programa Bolsa Família - PBF, incluindo aqueles contratados junto à Caixa Econômica Federal.</p> <p><b><u>PORTARIA MDS Nº 952, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Estabelece procedimentos relativos à certificação e supervisão de entidades beneficentes de assistência social em geral, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, conforme a <a href="#">Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021</a>, e o <a href="#">Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023</a>.</p>
<p><b>Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços</b></p>	<p><b>SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR</b>  <b><u>PORTARIA SECEX Nº 293, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Estabelece critérios para alocação de cotas para importação, determinadas pela Resolução do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior nº 549, de 20 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2023.</p> <p><b><u>PORTARIA SECEX Nº 292, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Estabelece critérios para alocação de cota para importação determinada pela Resolução do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior nº 541, de 20 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2023.</p>
<p><b>Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima</b></p>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b>  <b><u>PORTARIA GM/MMA Nº 884, DE 2 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Revoga as Portarias que menciona, referentes ao Programa Floresta+.</p> <p><b>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA</b>  <b><u>PORTARIA IBAMA Nº 2, DE 3 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Cria Unidades de Exercício Descentralizado (UED) vinculadas à Coordenação-Geral de Administração, da Diretoria de Planejamento, Administração e Logística.</p>
<p><b>Ministério do Trabalho e Emprego</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA MTE Nº 14, DE 3 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Dispõe sobre o cadastramento das Centrais Sindicais no Sistema Integrado de Relações do Trabalho - SIRT.</p> <p><b><u>PORTARIA MTE Nº 3, DE 2 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD do Ministério do Trabalho e Emprego.</p>
<p><b>Ministério do Turismo</b></p>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO CDE Nº 4, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Aprova o Estatuto da Embratur - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO CDE Nº 5, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023 (*)</u></b></p>

	<p>Aprova o Orçamento-Programa 2024 da Embratur - Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo.  <i>(*) Republicada por ter saído, no DOU de 3 de janeiro de 2024, seção 1, páginas 166 a 168, com incorreção no original.</i></p> <p><b><u>PORTARIA MTUR Nº 43, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Institui o Grupo de Trabalho de Turismo para a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, no âmbito do Ministério do Turismo.</p>
<p><b>Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 7, DE 2 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Altera o Anexo II da Portaria nº 384, de 4 de julho de 2023 que dispõe sobre os procedimentos gerais do Programa de Gestão e Desempenho de que trata o <a href="#">Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022</a>, no âmbito do Gabinete Ministerial do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 803, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Institui o Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.</p> <p><b>SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+</b>  <b>→ Gabinete</b>  <b><u>PORTARIA Nº 9, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Institui a Comissão de Monitoramento e Avaliação, no âmbito da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, de acordo com as determinações da <a href="#">Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014</a>, e do <a href="#">Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016</a>.</p>
<p><b>Publicação DOE-SP</b></p>	<p><b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b></p>
<p><b>PUBLICAÇÃO DOE</b></p>	<p><b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b></p>
<p><b>04/01/2024</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 68.302, DE 3 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 68.301, DE 3 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 68.300, DE 3 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços</p>

	<p>de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS, e dá outras providências.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 68.299, DE 3 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de orientar a elaboração de estudos, propostas de ações e demais providências destinadas à aplicação, no âmbito do Poder Executivo, dos §§ 2º e 3º do artigo 98 da <a href="#">Lei federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990</a>.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 68.298, DE 3 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Dispõe sobre o expediente dos servidores nas repartições públicas estaduais no ano de 2024 e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 68.297, DE 2 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Retificação do D.O. de 3-1-2024  No artigo 8º, leia-se como segue e não como constou:  Artigo 8º - A comissão manterá um Livro Ata (Livro de Ouro), o qual trará, em sua abertura, o histórico da OPM e, a seguir, em ordem numérica, os nomes e qualificações dos agraciados.</p>
<b>03/01/2024</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 68.297, DE 2 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Institui a Medalha Cinquentenário do 1º Batalhão de Polícia Militar do Interior e dá providências correlatas.</p>
<b>02/01/2024</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 68.296, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Ratifica convênio celebrado nos termos da <a href="#">Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975</a>.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 68.295, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Ratifica convênios celebrados nos termos da <a href="#">Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975</a>.</p>
<b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</b>	<b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b>
<b>Controladoria Geral do Estado (CGE)</b>	<p><b>GABINETE DO CONTROLADOR GERAL DO ESTADO</b>  <b><u>RESOLUÇÃO CGE Nº 25, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023</u></b>  Dispõe sobre o cálculo da sanção de multa decorrente de apuração de responsabilidade administrativa de que trata o artigo 24 do <a href="#">Decreto nº 67.301, de 24 de novembro de 2022</a>, e sobre o procedimento de julgamento antecipado dos processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas.</p>
<b>Desenvolvimento Econômico (SDE)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>DELIBERAÇÃO Nº 1, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023.</u></b>  Divulga tabela-padrão contendo as atividades econômicas classificadas como "baixo risco", mediante atos normativos editados pelos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e autárquica, do Estado de São Paulo.</p>

<p><b>Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SDUH 002, DE 2-1-2024.</u></b>  Institui o "GRAPROHAB Integra".</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SDUH 001, DE 2-1-2024.</u></b>  Classifica o risco e estipula prazo dos atos públicos de liberação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação para parcelamentos do solo urbano. Altera a Resolução SH nº 51/2022, publicada em 25 de agosto de 2022 (Regimento Interno do GRAPROHAB).</p>
<p><b>Fazenda e Planejamento (SFP)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SFP-77, DE 29-12-2023</u></b>  Divulga o valor da Receita Corrente Líquida acumulada de Dezembro de 2022 a Novembro de 2023.</p> <p><b>SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL</b>  – <b>Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Recuperação de Dívida</b>  <b><u>COMUNICADO DICAR-01, DE 02-01-2024</u></b>  Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 31-01-2024 para os débitos de ITCMD e de IPVA.</p>
<p><b>Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL)</b></p>	<p><b>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SEMIL Nº 02/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Dispõe sobre critérios e parâmetros para a compensação ambiental devida em razão da emissão de autorização, pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, para supressão de vegetação nativa, corte de árvores isoladas ou intervenções em Áreas de Preservação Permanente - APP em áreas rurais e urbanas do Estado de São Paulo.</p>
<p><b>Parcerias em Investimentos (SPI)</b></p>	<p><b>AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP)</b>  <b><u>DELIBERAÇÃO ARSESP Nº 1485, DE 29-12-2023</u></b>  Altera a Deliberação ARSESP nº 1.061, de 06 de novembro de 2020, que dispõe sobre as regras para prestação dos Serviços Locais de Gás Canalizado para os Usuários Livres, as condições para autorização do Comercializador, as medidas para fomentar o Mercado Livre de Gás no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p>
<p><b>Publicação DOE Legislativo</b></p>	<p><b>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</b></p>
<p><b>De 01 a 06/01/2024</b></p>	<p>Não houve.</p>
<p><b>Publicação TCE</b></p>	<p><b>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)</b></p>

<p><b>De 01 a 06/01/2024</b></p>	<p>Não houve.</p>
<p><b>Publicação DO - Cidade</b></p>	<p><b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b></p>
<p><b>05/01/2024</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 63.122, DE 4 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Define os valores de renda familiar para atendimento por Habitação de Interesse Social - HIS e Habitação de Mercado Popular - HMP, nos termos do artigo 46 da <a href="#">Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014</a>, na redação que lhe foi conferida pelo artigo 14 da <a href="#">Lei nº 17.795, de 8 de julho de 2023</a>.</p>
<p><b>03/01/2024</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 18.067, DE 2 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  (Projeto de Lei nº 347/10, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo)  Dispõe sobre a concessão de título de utilidade pública municipal às associações e fundações que especifica, e dá outras providências.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 63.119, DE 2 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Confere nova redação ao inciso III do artigo 4º do <a href="#">Decreto nº 47.817, de 26 de outubro de 2006</a>, que dispõe sobre a obrigatoriedade de tornar subterrâneo todo o cabeamento instalado no Município de São Paulo.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 63.116, DE 2 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Dispõe sobre a transformação da EMEF Donato Susumu Kimura na EMEI Donato Susumu Kimura, vinculada à Diretoria Regional de Educação Campo Limpo, da Secretaria Municipal de Educação.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 63.115, DE 2 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Dispõe sobre permissão de uso à JHSF MALLS S/A, a título precário e oneroso, de áreas localizadas na Rua Joapé, Cidade Jardim, Distrito do Morumbi, Subprefeitura do Butantã, para construção de passagem subterrânea (túnel), destinada a interligar o Shopping Cidade Jardim, sito a Av. Magalhães de Castro, nº 12.000, e o Edifício denominado Deck Park, sito a Av. Alcides Sangirardi, s/n.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 63.114, DE 2 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Dispõe sobre permissão de uso ao Hospital e Maternidade Rede D’Or São Luiz, a título precário e oneroso, de passagem aérea sobre via pública situada na Rua Dr. Alceu de Campos Rodrigues, Vila Olimpia, Distrito do Itaim Bibi, Subprefeitura de Pinheiros, para fins de conexão entre o Edifício Hospitalar Vila Nova Star e o Bloco A do Hospital Rede D’Or São Luiz.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 63.113, DE 2 DE JANEIRO DE 2024</u></b>  Consolida a divisão de responsabilidades relacionadas à Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos na Prefeitura de São Paulo, bem como cria o Comitê Intersecretarial da Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - CGIRS.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: [http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home\\_1\\_0.aspx](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx)

**Equipe Responsável pelo Boletim:**

Marcelo Conti  
[mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Alexandre José Freitas Rocha Cavalcanti  
[ajrcavalcanti@sp.gov.br](mailto:ajrcavalcanti@sp.gov.br)

Edson Prates  
[eprates@sp.gov.br](mailto:eprates@sp.gov.br)

**Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica**

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

[bibjur@sp.gov.br](mailto:bibjur@sp.gov.br)

**Cancelamento:**

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>